

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Link de acesso: [https://www.grupolider.com.br/
informacoes-financeiras](https://www.grupolider.com.br/informacoes-financeiras)

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Aos Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. No ensejo, a Diretoria coloca-se à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

1. Planejamento estratégico

O planejamento estratégico para o ano de 2025 segue a linha dos últimos anos, com foco na reestruturação das operações da empresa buscando melhoria na qualidade dos serviços prestados.

2. Declaração de revisão das demonstrações contábeis pelos diretores

Pelo presente relatório, os Diretores do Rodoviário Líder S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, à Rua Rocha Leão, nº 100, Parque Caju, inscrita no CNPJ sob nº 22.777.692/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**Instrução**”), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do Rodoviário Líder S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos nossos funcionários pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança.

Campos dos Goytacazes - RJ, 31 de março de 2026.

Diretores

GLAUCO DO AMARAL BRAZ

RENZO DO AMARAL BRAZ

FLAVIO WILSON ABDALA DO AMARAL

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas do
Rodoviário Líder S.A.
Campos dos Goytacazes - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Rodoviário Líder S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Rodoviário Líder S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por nós e emitimos o relatório de opinião em 16 de março de 2025, contendo modificação em relação a limitação de validação dos saldos iniciais e em relação a não reapresentação das demonstrações financeiras, decorrentes de ajustes de exercícios anteriores em diversas rubricas para conciliação de saldos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de modo relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Gilberto Galinkin
Contador CRC 1 MG 035718/O-8 -S - RJ

RODOVÁRIO LÍDER S.A.

CNPJ: 22.777.692/0001-11

NIRE: 33300305777

**Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	348.419	100.617	Fornecedores		1.020.961	806.452
Clientes	5	13.067.650	5.522.357	Emprestimos e financiamentos	12	558.390	3.337.124
Outros créditos	6	108.420	1.331.990	Arrendamentos a pagar	13.b	114.450	102.742
Estoques	7	1.538.074	1.153.387	Obrigações trabalhistas	14	1.479.546	1.156.124
Impostos a recuperar		8.398.417	10.333.930	Tributos a recolher	15	1.835.577	936.712
Despesas antecipadas		1.306.309	74.121	Adiantamentos de clientes		39.046	38.606
		24.767.289	18.516.402	Outras obrigações	16	1.199.428	466.117
						6.247.398	6.843.877
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Emprestimos e financiamentos			
Depósitos judiciais	8	712.433	656.677	Arrendamentos a pagar	13.b	196.430	296.999
Outros créditos	9	374.839	282.763	Impostos diferidos	17	1.030.094	1.053.734
		1.087.272	939.440	Parcelamento de tributos	18	178.818	573.962
Investimentos	10	1.829.774	1.257.486	Provisões para riscos	19	3.095.329	3.095.329
Imobilizado	11	7.678.678	6.829.604	Outras obrigações		1.045.511	-
Ativo de direito de uso	13.a	288.335	386.803			12.142.860	6.675.794
		10.884.059	9.413.333	Patrimônio líquido			
				Capital social	20.a	69.105.286	69.105.286
				Ajustes de avaliações patrimoniais	20.b	1.999.596	2.045.484
				Prejuízos acumulados		(53.843.792)	(56.740.706)
						17.261.090	14.410.064
Total do ativo		35.651.348	27.929.735	Total do passivo e patrimônio líquido		35.651.348	27.929.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVÁRIO LÍDER S.A.

CNPJ: 22.777.692/0001-11

NIRE: 33300305777

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21.a	49.713.367	40.506.253
Custos das vendas e serviços prestados	21.b	(42.133.097)	(34.022.502)
Lucro bruto		7.580.270	6.483.751
Despesas administrativas	21.c	(6.335.296)	(8.430.840)
Depreciações e amortizações	11	(1.139.215)	(864.048)
Depreciações de direito de uso	13.a	(113.142)	(44.977)
Despesas vendas de imobilizados	11	-	(1.113.028)
Resultados negativos em participações societárias		(15.191)	-
Resultados positivos em participações societárias		-	13.198
Receitas vendas de imobilizados	21.d	12.500	3.368.320
Outras receitas operacionais líquidas	21.e	5.821.321	20.215.865
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		5.811.247	19.628.241
Receitas financeiras	22	187.345	172.166
Despesas financeiras	22	(2.092.230)	(3.160.654)
Despesas financeiras líquidas		(1.904.885)	(2.988.488)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.906.362	16.639.753
(-) Contribuição Social		(263.782)	(738.053)
(-) Imposto de Renda		(815.194)	(2.089.372)
Lucro líquido do exercício		2.827.386	13.812.328
Atribuível a			
Acionista controlador		1.686.298	8.237.893
Participação dos não controladores		1.141.088	5.574.435
		2.827.386	13.812.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVÁRIO LÍDER S.A.

CNPJ: 22.777.692/0001-11

NIRE: 33300305777

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	2.827.386	13.812.328
Resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>2.827.386</u></u>	<u><u>13.812.328</u></u>
Atribuível a		
Acionista controlador	1.686.298	8.237.893
Participação dos não controladores	1.141.088	5.574.435
	<u><u>2.827.386</u></u>	<u><u>13.812.328</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVÁRIO LÍDER S.A.

CNPJ: 22.777.692/0001-11

NIRE: 33300305777

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	(Prejuízos)/lucros ou acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.105.286	14.089.257	(65.436.687)	17.757.856
Lucro líquido do exercício	-	-	13.812.328	13.812.328
Ajuste avaliação patrimonial	-	(502.947)	502.947	-
Tributos diferidos sobre realização	-	19.699	-	19.699
Ajuste de exercício anterior líquido	-	(11.560.525)	(5.619.294)	(17.179.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	69.105.286	2.045.484	(56.740.706)	14.410.064
Lucro líquido do exercício	-	-	2.827.386	2.827.386
Tributos diferidos sobre realização	-	23.640	-	23.640
Ajuste avaliação patrimonial	-	(69.528)	69.528	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	69.105.286	1.999.596	(53.843.792)	17.261.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVÁRIO LÍDER S.A.

CNPJ: 22.777.692/0001-11

NIRE: 33300305777

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais		
Provenientes das operações		
Lucro líquido acumulado do exercício	2.827.386	13.812.328
Depreciação/amortização	1.139.215	864.048
Amortização de direito de uso	113.142	44.977
Resultado negativo de vendas invest./imob./intang.	(12.500)	(2.255.292)
Provisão para riscos	-	3.095.329
(=) Lucro líquido ajustado	4.067.243	15.561.390
(Decrécimos)/acrécimos nos ativos e passivos		
Pelo (diminuição)/aumento do contas a receber	(7.545.293)	1.714.792
Pelo aumento/(diminuição) de outros créditos	3.159.083	(10.323.376)
Pelo diminuição da conta de estoques	(384.687)	(520.091)
Pelo diminuição da conta de despesas antecipadas	(1.232.188)	(74.639)
Pelo (diminuição)/aumento do realizável a longo prazo	(147.832)	623.237
Pelo aumento/(diminuição) da conta de fornecedores	214.509	(54.493)
Pelo aumento/(diminuição) do contas a pagar	1.956.038	(302.128)
Pelo aumento/(diminuição) de outros valores - passivo não circulante	650.367	(2.515.362)
Pagamento de arrendamento	(103.535)	(32.039)
(=) Total dos decréscimos nos ativos e passivos	(3.433.538)	(11.484.099)
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	633.705	4.077.291
Das atividades de investimentos		
Pela aquisição de consórcios	(572.288)	(559.402)
Pela aquisição de imobilizado	(1.988.289)	(749.874)
Pelo recebimento na venda de invest./imobil./intang.	12.500	3.368.320
(=) Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades de investimentos	(2.548.077)	2.059.044
Das atividades de financiamentos		
Aumento/(diminuição) de empréstimo e financiamento	2.162.174	(6.105.706)
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	2.162.174	(6.105.706)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	247.802	30.629
Demonstração do aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	100.617	69.988
Caixa e equivalente de caixa no final do período	348.419	100.617
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	247.802	30.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Rodoviário Líder S.A. (“Rodoviário Líder” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ nº 22.777.692/0001-1, fundada em 1957, com sede na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ, tem como objeto social a exploração do ramo de transporte rodoviário de cargas em geral, de cargas frigorificadas, de cargas de derivados do petróleo em geral, de cargas de minérios, seja a granel ou em embalagens especiais; o transporte coletivo e urbano de passageiros, municipal/intermunicipal e em regime de fretamento; serviço de socorro; locação de veículos, de implementos rodoviários e máquinas em geral; a armazenagem provisória de cargas em geral, ressalvando-se que não realizará a emissão dos títulos previstos no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903; e a prestação de serviços de terraplenagens em geral.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Administração da Sociedade é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas.

2.4. Alterações nas normas contábeis aplicáveis em 2025

A Administração vem, por meio desta nota, apresentar as principais alterações decorrentes da aplicação de pronunciamentos novos ou revisados, que serão implementados pela primeira vez em 2025. Essas mudanças estão alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

A seguir, destacamos as principais alterações e seus impactos na Sociedade:

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025,

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- **Descrição:** a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
 - ✓ **Categorização e subtotais na demonstração do resultado:** novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;
 - ✓ **Agregação e desagregação de informações:** diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
 - ✓ **Rotulagem de informações:** Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;
 - ✓ **Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração:** transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.

b) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- **Descrição:** a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- **Descrição:** as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

d) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Desreconhecimento de Passivos Financeiros e Classificação de Ativos Financeiros

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- **Descrição:** as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

2.6. Reforma tributária sobre o consumo - avaliação dos impactos e adequação operacional

▪ **Contextualização normativa**

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional previsto nos artigos 145 a 162 da Constituição Federal, instituiu-se a substituição gradual dos tributos incidentes sobre o consumo pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS).

A regulamentação infraconstitucional vem sendo disciplinada por meio de Leis Complementares específicas, observadas as diretrizes constitucionais relativas à não cumulatividade ampla, ao princípio do destino e à transição federativa e companhiarial.

Nos termos da NBC TG Estrutura Conceitual (Resolução CFC nº 1.374/2011) e da NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve divulgar informações relevantes que possam influenciar as decisões econômicas dos usuários das demonstrações contábeis, inclusive mudanças legislativas com potencial impacto patrimonial, financeiro ou de desempenho.

Adicionalmente, a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a NBC TG 24 - Evento Subsequente estabelecem que alterações no ambiente normativo devem ser avaliadas quanto à necessidade de ajuste ou divulgação, conforme sua natureza e materialidade.

▪ **Procedimentos adotados pela Administração**

A Administração da Companhia realizou análise técnica multidisciplinar com o objetivo de avaliar os impactos da Reforma Tributária sobre:

- a) Formação de preços e margens operacionais;
- b) Estrutura de créditos tributários;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

- c) Contratos com clientes e fornecedores;
- d) Parametrização de sistemas (ERP, emissão de documentos fiscais e apuração);
- e) Fluxo de caixa projetado;
- f) Projeções de resultados futuros e indicadores de desempenho.

Foram conduzidos testes de aderência às novas regras constitucionais e às normas complementares já publicadas, incluindo simulações com base no modelo de não cumulatividade plena do IBS e da CBS, avaliação de eventual efeito sobre ativos fiscais, bem como análise de eventuais reflexos em estimativas contábeis, conforme exigido pela NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro, quando aplicável.

▪ **Conclusão quanto aos impactos contábeis**

Com base nas análises realizadas, a Administração concluiu que:

I - Não foram identificadas alterações significativas na natureza das operações da Companhia; II - Não houve impacto relevante no reconhecimento, mensuração ou classificação de ativos e passivos na data-base das demonstrações contábeis; III - Não foram verificadas modificações que demandassem alteração de políticas contábeis ou reapresentação de informações comparativas, nos termos da NBC TG 23; IV - Não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01), decorrentes exclusivamente da Reforma Tributária.

Contudo, as simulações realizadas indicam potenciais alterações no fluxo de caixa operacional durante o período de transição, em razão do novo regime de creditamento e da sistemática de recolhimento dos tributos sobre o consumo, bem como possíveis reflexos na formação de lucros futuros, especialmente em virtude do princípio da tributação no destino e da redefinição das alíquotas efetivas.

Tais impactos, até o momento, não são considerados materialmente relevantes para fins de ajuste nas demonstrações contábeis, sendo tratados como estimativas prospectivas sujeitas à evolução da regulamentação infraconstitucional e à definição final das alíquotas de referência.

▪ **Monitoramento contínuo**

A Administração manterá acompanhamento permanente da regulamentação complementar, incluindo atos do Comitê Gestor do IBS e normas federais relativas à CBS, avaliando tempestivamente eventuais reflexos contábeis futuros, em observância aos princípios da prudência, da relevância e da representação fidedigna previstos na NBC TG Estrutura Conceitual.

▪ **Declaração final**

A Companhia declara que, até a presente data, encontra-se plenamente adaptada às exigências já publicadas da Reforma Tributária sobre o consumo, tendo realizado testes técnicos e operacionais suficientes para assegurar a conformidade normativa, não sendo identificadas alterações significativas em sua operação, estrutura patrimonial ou posição financeira, ressalvados os potenciais impactos prospectivos sobre fluxo de caixa e lucros futuros decorrentes do novo modelo tributário.

3. Principais políticas contábeis

a) Uso de estimativas contábeis e julgamentos

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas.

b) Apuração do resultado

Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações contábeis e apuração dos resultados.

c) Reconhecimento da receita

As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos pela venda dos serviços e se dão da seguinte forma:

c.1) Receita de venda de serviços

Quando o valor das vendas e os custos são mensuráveis de forma confiável, seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e, os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

c.2) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida "*pro-rata die*" com base no método da taxa de juros efetiva.

d) Caixas e equivalentes de caixa

Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo estas operações são insignificantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

e) **Contas a receber**

As contas a receber estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos.

f) **Estoques**

Os estoques de peças, combustíveis, lubrificantes, materiais de consumo e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

g) **Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção devidamente deduzidos da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação é calculada com base no método linear e leva em conta a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica do estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

h) **Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i) **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido**

A Companhia é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor.

j) **Arrendamento mercantil - CPC 06 (R3)**

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

A Companhia atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental (ou capitalização de recursos) na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação do certificado de depósitos interfinanceiros (CDI), cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos	348.419	100.617
Total	<u>348.419</u>	<u>100.617</u>

5. Clientes

O saldo das contas a receber está pulverizado entre diversos clientes Pessoas Físicas e Jurídicas e encontra-se a vencer na data do balanço, não havendo necessidade de provisão para perdas com recebimento de créditos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Faturamento CTRC e locação	6.182.965	2.608.807
Clientes a receber	6.884.685	2.913.550
Total	<u>13.067.650</u>	<u>5.522.357</u>

6. Outros créditos

Valores a receber decorrente da movimentação de empréstimos a terceiros, adiantamentos realizados antecipados para aquisição de estoque e material de consumo, vendas de mercadorias por meio de cartões de crédito e cheques devolvidos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes diversos	-	1.300.000
Adiantamentos	108.420	31.990
Total	<u>108.420</u>	<u>1.331.990</u>

7. Estoques

Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Peças e acessórios	563.724	520.634
Lubrificantes	36.331	55.978
Pneus e câmaras	700.061	410.069
Diversos	6.288	16.825
Material de consumo	231.670	149.881
Total	<u>1.538.074</u>	<u>1.153.387</u>

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

8. Depósitos Judiciais

Os valores em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso como segue:

	2025	2024
Contingências trabalhistas	712.433	656.677
Total	712.433	656.677

9. Obrigações fiscais

Refere-se a valores de impostos a recuperar, e outros, estando assim demonstrados:

	2025	2024
CIAP - ICMS a recuperar	374.839	282.763
Total	374.839	282.763

10. Investimentos

Os valores dos investimentos em 2025 e 2024 apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Lance Patrimonial S.A.	51.554	66.745
Consórcios	1.238.961	651.614
Coopermata	539.259	539.127
Total	1.829.774	1.257.486

11. Imobilizado

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão sumarizadas da seguinte forma:

	Movimentação do Imobilizado				
	2024	2025			
	Imobilizado líquido	Aquisições	Alienações	Depreciação	Imobilizado líquido
Terrenos	2.658.801	-	-	-	2.658.801
Prédios e benfeitorias	1.305.078	-	-	(79.855)	1.225.223
Máquinas, ferramentas e equipamentos	366.486	15.694	-	(85.760)	296.420
Moveis e utensílios	(6.644)	-	-	(9.216)	(15.860)
Veículos	2.392.874	1.945.959	-	(901.091)	3.437.742
Computadores	94.232	26.636	-	(63.293)	57.575
Software	18.777	-	-	-	18.777
Total	6.829.604	1.988.289	-	(1.139.215)	7.678.678

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Movimentação do Imobilizado						Imobilizado líquido
	2023	2024					
	Imobilizado líquido	Aquisições	Alienações	Transferências contábeis	Outros ajustes	Depreciação	
Terrenos	3.326.266	-	(661.057)	-	(6.408)	-	2.658.801
Prédios e benfeitorias	1.796.420	-	(371.492)	(32.040)	-	(87.810)	1.305.078
Máquinas, ferramentas e equipamentos	2.602.183	85.545	-	32.040	(2.265.899)	(87.383)	366.486
Moveis e utensílios	77.944	-	-	-	(74.698)	(9.890)	(6.644)
Veículos	21.163.081	660.999	(76.909)	(33.974)	(18.713.456)	(606.867)	2.392.874
Computadores	166.115	3.330	(3.570)	455	-	(72.098)	94.232
Software	18.777	-	-	-	-	-	18.777
Total	29.150.786	749.874	(1.113.028)	(33.519)	(21.060.461)	(864.048)	6.829.604

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Taxas de depreciações: A Companhia utiliza o método linear para depreciação de seu ativo imobilizado.

As depreciações dos exercícios de 2025 e 2024 estão assim demonstradas:

	2025	2024
Despesas com depreciações	1.139.215	864.048
Total	1.139.215	864.048

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"):

Vencimento principal	Instituições	2025			2024
		Circulante	Não circulante	Total	Total
2025	Banco Santander S.A.	-	-	-	2.488.891
2025	Itaú Cap Giro	558.390	900.283	1.458.673	2.504.003
	Armazéns Gerais DG				
2025	Ltda.	-	1.480.615	1.480.615	-
2025	Franco Suíço emp. imob.	-	4.215.780	4.215.780	-
Total		558.390	6.596.678	7.155.068	4.992.894

A Companhia não contratou nos exercícios findos em 2025 e 2024 financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*).

13. Arrendamentos a pagar

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis utilizados em suas atividades operacionais, onde funcionam suas concessionárias, oficinas e estrutura de suporte à operação, sendo que a vigência dos contratos tem média equivalente de 60 meses (5 anos). Esses contratos são, anualmente, corrigidos pelos índices acordados entre as partes (IGPM, IPCA, etc.) para que possam refletir os seus valores de mercado.

As taxas apuradas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, à taxa de 0,52% am.

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

a) Ativo de direito de uso - não circulante

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
No início do exercício	386.803	-
Adição	14.674	431.780
Amortizações	(113.142)	(44.977)
No fim do exercício	<u>288.335</u>	<u>386.803</u>

b) Passivo de arrendamento - circulante e não circulante

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
No início do exercício	399.741	-
Adição	14.674	431.780
Pagamento do principal	(103.535)	(32.039)
Pagamentos de juros	(23.470)	(10.942)
Juros incorridos	23.470	10.942
No fim do exercício	<u>310.880</u>	<u>399.741</u>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante	114.450	102.742
Não circulante	196.430	296.999
No fim do exercício	<u>310.880</u>	<u>399.741</u>

c) Vencimentos das parcelas de longo prazo estão assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2026	-	109.340
2027	121.800	116.361
2028	74.630	71.298
Total	<u>196.430</u>	<u>296.999</u>

14. Obrigações trabalhistas

Valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	401.304	310.329
Provisões de férias e encargos	700.779	581.378
Encargos - FGTS/INSS/Sindical	356.417	175.652
Pensão alimentícia	456	777
Rescisão contrato de trabalho	-	5.629
Parcelamento PGFN	20.590	82.359
Total	<u>1.479.546</u>	<u>1.156.124</u>

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

15. Tributos a recolher

Valores de obrigações tributárias referentes aos impostos federais, estaduais e municipais, estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributos federais - PIS/COFINS/IRRF	390.149	135.645
Tributos federais - IRPJ/CSLL	863.693	-
Tributos estaduais	207.131	102.235
Tributos municipais	-	1.664
Parcelamentos	374.604	697.168
Total	<u>1.835.577</u>	<u>936.712</u>

16. Outras obrigações

Valores a pagar relativos às demais obrigações estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros	132.384	115.093
Água e esgoto	114	89
Telefonia	-	197
Policard	5.682	5.696
Carreteiros agregados	960.222	345.042
Consórcios	101.026	-
Total	<u>1.199.428</u>	<u>466.117</u>

17. Impostos diferidos - passivo não circulante

Valores referentes aos impostos federais diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de Renda (IRPJ)	757.422	774.805
Contribuição Social (CSLL)	272.672	278.929
Total	<u>1.030.094</u>	<u>1.053.734</u>

18. Parcelamento de tributos - passivo não circulante

Valores referentes aos parcelamentos de impostos estaduais, federais e débitos previdenciários assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos previdenciários	-	85.807
Impostos federais	178.818	488.155
Total	<u>178.818</u>	<u>573.962</u>

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

19. Outras obrigações - passivo não circulante

Valores a pagar relativos às demais obrigações estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisões de contingência	3.095.329	3.095.329
Total	<u>3.095.329</u>	<u>3.095.329</u>

20. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado por:

<u>Sócios</u>	<u>Valor</u>	<u>Qtde. de Ações</u>	<u>Percentual (%)</u>
J.L. Braz Participações S.A.	41.215.513	41.215.513	59,6416
Braulio Braz Participações S.A.	10.745.999	10.745.999	15,5502
G.T. Braz Participações S.A.	8.513.730	8.513.730	12,3199
D.A. Tambasco Participações S.A.	6.594.280	6.594.280	9,5424
Braulio Jose Tanus Braz	678.588	678.588	0,9820
Adélia Maria Braz Tambasco	678.588	678.588	0,9820
Jose Braz Neto	226.196	226.196	0,3273
Glauco do Amaral Braz	226.196	226.196	0,3273
Renzo do Amaral Braz	226.196	226.196	0,3273
	<u>69.105.286</u>	<u>69.105.286</u>	<u>100</u>

b) Ajustes de avaliação patrimoniais

Referem-se às avaliações de terrenos e prédios e benfeitorias:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ajustes de avaliações patrimoniais	1.999.596	2.045.484
Total	<u>1.999.596</u>	<u>2.045.484</u>

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

21. Demonstrações das receitas líquidas, despesas e outras receitas:

a) Receitas líquidas

A principal receita da Companhia é a com venda de serviços, conforme demonstrado a seguir líquidas de devoluções, descontos concedidos e impostos incidentes:

<u>Departamentos</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviço de transporte de cargas	57.954.257	47.444.653
Serviço de armazenagem	68.094	256.848
Serviço de locação de veículos e mão de obra	311.343	387.664
Receita de locação de imóveis	362.584	390.315
(=) Receita bruta	58.696.278	48.479.480
(-) ICMS	(5.184.328)	(5.020.726)
(-) PIS	(629.812)	(484.205)
(-) COFINS	(2.910.045)	(2.309.885)
(-) ISS	(15.020)	(22.216)
(=) Impostos	(8.739.205)	(7.837.032)
(-) Devoluções e vendas canceladas	(243.706)	(136.195)
(=) Deduções	(243.706)	(136.195)
Receita operacional líquida	49.713.367	40.506.253

b) Custos

Composição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal (salários, benefícios, encargos e pró-labore)	5.073.399	4.753.267
Cargas e descargas	204.252	173.095
Seguros diversos	585.006	429.712
Aluguel e locação	12.560	8.177
Pedágios	2.964.673	2.368.777
Despesas com comunicação	8.681	3.677
Despesas com manutenção	1.926.863	1.435.361
Peças e acessórios	1.849.466	1.017.398
Combustíveis	27.501.512	22.333.353
Pneus e câmaras	902.615	801.463
Serviços prestados	130	870
Outros impostos e taxas	176.827	160.676
Outras despesas	927.113	536.676
Total	42.133.097	34.022.502

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

c) Despesas administrativas

Composição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal (salários, benefícios, encargos e pró-labore)	2.341.176	1.802.093
Provisão de férias, 13ºsalários e encargos sociais	883.160	747.643
Seguros diversos	37.596	40.320
Aluguel e locação (i)	133.490	99.835
Propagandas	12.403	11.463
Despesas com comunicação	247.077	202.319
Despesas com manutenção	176.968	151.787
Provisão de contingências	-	3.095.329
Serviços prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas	1.252.735	851.488
Materiais de consumo	133.300	124.069
Fretes	33.994	20.594
Água e energia elétrica	9.686	105.545
Viagens e representações	40.384	20.477
Outros impostos e taxas	554.169	353.480
Vale transporte e PAT	436.377	290.383
Processamento de dados	7.879	6.639
Despesas diversas	34.902	507.376
Total	<u>6.335.296</u>	<u>8.430.840</u>

- (i) A rubrica apresenta o montante correspondente aos aluguéis pagos e provisionados no exercício, na rubrica "Reversão aluguel CPC 06 IFRS 16" da nota explicativa nº 21 g, está demonstrado a reversão da despesa para atendimento dos requerimentos do CPC 06, motivo esse, da reclassificação dos saldos comparativos de 2024. O efeito líquido de aluguéis e locações é de R\$6.483 de 31 dezembro de 2025.

d) Receitas vendas imobilizados

Refere-se à venda de terrenos, máquinas e ferramentas e veículos do ativo imobilizado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Máquinas e ferramentas	12.500	4.320
Veículos	-	364.000
Imóveis	-	3.000.000
Total	<u>12.500</u>	<u>3.368.320</u>

RODOVIÁRIO LÍDER S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

e) Outras receitas operacionais:

Receitas oriundas de lucros recebidos, reversões de despesas e recuperações de impostos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reversões de provisões de folhas de pagamento	27.969	98.009
Reversão de despesas operacionais	3.136.430	2.406.879
Receitas de créditos PIS/COFINS	2.483.209	17.633.050
Reversão perda recebimento de créditos	15.841	17.449
Dividendos de ações	1.477	5.146
Outras receitas	-	2.375
Reversão de aluguel CPC 06 IFRS 16 (i)	127.007	42.979
Recuperação de despesas	29.388	9.978
Total	<u>5.821.321</u>	<u>20.215.865</u>

- (i) Reversão aluguel CPC 06 IFRS 16 para adequação dos saldos conforme requerido pelo CPC 06, vide nota 21 c.

22. Resultado financeiro

O resultado financeiro das movimentações dos instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas de aplicações financeiras	8.961	3.350
Descontos obtidos	174.055	167.260
Receitas financeiras	4.329	1.556
Total das receitas financeiras	<u>187.345</u>	<u>172.166</u>
Juros s/ empréstimos	(932.732)	(1.601.835)
Descontos concedidos	(1.006.381)	(1.502.242)
Juros e despesas financeiras	(129.647)	(44.250)
Perda no recebimento de créditos	-	(1.385)
Despesas financeira - USO CPC 6 IFRS 16	(23.470)	(10.942)
Total das despesas financeiras	<u>(2.092.230)</u>	<u>(3.160.654)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.904.885)</u>	<u>(2.988.488)</u>

23. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber e contas a pagar.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo os instrumentos financeiros derivativos, com os quais a Companhia não opera, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua grande maioria, em prazos inferiores há 60 dias. Considerando as características e o prazo desses instrumentos, que são sistematicamente realizados, os valores contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2025 aproximam-se a valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 e 2025, bem como os critérios para sua valorização/avaliação, estão descritos a seguir:

a) Equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Sociedade são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez, o que minimiza risco de realização desses valores.

b) Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio da Companhia é o risco de crédito. Companhia constitui provisão para redução ao valor recuperável quando há evidência objetiva de que não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber.

24. Cobertura de seguros

A Companhia desenvolve programa de gerenciamento com o objetivo de limitar riscos, contratando coberturas compatíveis com seu porte e com a dimensão de suas operações. A cobertura é contratada por montante considerado adequado pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, a dispersão geográfica de suas dependências, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores especializados.

25. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajustes ou divulgações dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeira e a data de aprovação pela Diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

Glauco do Amaral Braz
Diretor
CPF/MF sob o n°: 032.262.866-09

Renzo do Amaral Braz
Diretor
CPF/MF sob o n°: 045.247.966-57

Flavio Wilson Abdala do Amaral
Diretor
CPF/MF sob o n°: 136.054.706-10

Thiago Santos de Freitas
Contador CRC/MG n° 092749
CPF/MF sob o n°: 086.144.376-41